

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -
PLAGEDER**

ADRIANA LUZIA PEREIRA

**O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DA ZONA URBANA PARA A ZONA RURAL DE
PAROBÉ/RS**

**SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
2013**

ADRIANA LUZIA PEREIRA

**O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DA ZONA URBANA PARA A ZONA RURAL DE
PAROBÉ/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin
Coorientador: Tutor MS, João Daniel Dorneles Ramos

**SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
2013**

ADRIANA LUZIA PEREIRA

**O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DA ZONA URBANA PARA A ZONA
RURAL DE PAROBÉ/RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito B

Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin
Orientador
UFRGS

Prof. *****
UFRGS

Prof. Dr. *****
Instituição
Porto Alegre, 23 de julho de 2013.

Dedico à minha mãe, Albanita Isaura Pereira, que me ensinou a batalhar e ir atrás dos meus sonhos; a meu pai, João Valerci Pereira, e às minhas irmãs, Juliana Beatriz Pereira e Berenice Cristina Pereira, os quais não mediram esforços e me auxiliaram sempre que precisei para chegar até aqui. Dedico a vocês com toda a minha gratidão, pois sem este auxílio não estaria concluindo esse curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade da minha VIDA.

Ao ex-presidente Luis Inácio LULA da Silva, que enquanto presidente da República Federativa do Brasil, pela iniciativa de abrir a UAB, possibilitando dessa forma que pessoas com poucas condições financeiras pudessem frequentar as universidades públicas brasileiras, e que eu, então, realizasse um dos meus maiores sonhos, me graduar na UFRGS.

Aos agricultores, Sandra, Darci, Claudio, Alberto, Sandro, Sadi, Jandir e Ademar, que sempre gentis e dispostos me receberam para os questionamentos, interrogatórios e estágios durante o curso, bem como para a pesquisa do TCC.

Aos meus amigos, irmãos de coração Jaquelina Jussara Feller, Erisolette Lenice Lunkes, Mirian Cristina Souza de Moraes, Vera Maria Pires Cerveira, Iara Cristina Sidegum, Márcia Regina Piccin Pedroso e Rui Gomes Medroso Junior.

Aos meus companheiros de trabalho e de sonhos da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Parobé e do Partido dos Trabalhadores.

Aos meus familiares, TODOS.

A nova família que constituí no Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, aos meus colegas e em especial à Dilce Vargas e Sônia Dalmar.

Aos tutores e professores da UFRGS, sempre muito atenciosos.

RESUMO

O foco deste estudo é conhecer os motivos que fazem com que as pessoas migrem para a zona rural em Parobé, no Rio Grande do Sul. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a combinação de algumas técnicas de investigação, buscando compreender melhor o tema objeto de estudo e responder a indagação que o norteia. Para chegar ao resultado final e responder essa indagação, foi utilizado roteiro de entrevistas com perguntas que permitiam respostas abertas, as quais posteriormente foram transcritas. Para o entendimento a respeito do tema foram abordados conceitos que contextualizam o leitor com o assunto analisado, como migração e êxodo rural. A partir da análise das entrevistas observa-se que, as razões para a mudança são induzidas por políticas públicas, incentivadas por crise urbana ou espontânea. Além disso, constata-se também que os que mudam para a zona rural em algum momento da sua vida tiveram contato com as atividades agrícolas e agropecuárias. Outra constatação é que a qualidade de vida é fator preponderante alegado pelos entrevistados para a vida na zona rural.

Palavras-chave: Migração. Êxodo. Parobé/RS.

RÉSUMEN

El objetivo de este estudio es conocer las razones que llevan a las personas a emigrar a las zonas rurales en Parobé en Rio Grande do Sul. En esta investigación, se utilizó una combinación de algunas de las técnicas de investigación, tratando de entender mejor el tema objeto de estudio y responder a la pregunta que guía. Para llegar al resultado final y de responder a esta pregunta, utilizamos guía de entrevista con preguntas que permitieron respuestas abiertas, que luego fueron transcritas. Para la comprensión sobre el tema se discutieron conceptos que contextualizan al lector con el tema discutido, como la migración y el éxodo rural. A partir del análisis de las entrevistas se observó que las razones para el cambio son inducidos por las políticas públicas, alentados por la crisis urbana o espontánea. Además, también existen aquellos que se mueven en el campo en algún momento de su vida tuvo contacto con las actividades agrícolas y la agricultura. Otra conclusión es que la calidad de vida es un factor importante reclamado por los encuestados para la vida en el campo.

Palabras clave: migración. Éxodo. Parobé / RS.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01:** Estação Ferroviária Parobé, Fonte: <http://www.brbing.com,br>.....21
- Figura 02:** Vista panorâmica da Calçados Azaléia S/A, Fonte: <http://www.brbing.com.br>....22
- Figura 03:** Croqui de Parobé, Fonte (EMATER-Diagnóstico Rápido Participativo, 2000).....27
- Figura 04:** Feira da melancia de Parobé, Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2013.....36

LISTA DE TABELAS

Quadro 01 - Demonstrativo econômico de Parobé 2007, Fonte Secretaria da Fazenda (SEFAZ).....	25
Quadro 02 – Perfil dos entrevistados, Fonte: Arquivo pessoal, Junho de 2013.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de pais e Amigos pessoas Excepcionais

CPM – Círculo de pais e Mestres

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FETRAF – Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INAMPS – Instituto Nacional de Seguro Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PNAE – Programa Nacional Alimentação Escolar

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SEDR- Secretaria de Desenvolvimento Rural de Parobé

SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul

SRA – Secretaria Reforma Agrária

VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	14
3 CONCEITOS DA MIGRAÇÃO E ÊXODO RURAL.....	16
3.1 MIGRAÇÃO.....	16
3.2 ÊXODO RURAL.....	17
4 O MUNICÍPIO DE PAROBÉ.....	20
4.1 HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DE PAROBÉ.....	20
4.2 AS MIGRAÇÕES EM PAROBÉ.....	23
5 PORQUE AS PESSOAS MUDAM PARA A ZONA RURAL EM PAROBÉ/RS?.....	27
5.1 DECISÃO INDUZIDA POR UM OU MAIS FATORES.....	29
5.2 DECISÃO INCENTIVADA.....	30
5.3 DECISÃO ESPONTÂNEA.....	32
5.3.1 A economia familiar após a mudança.....	34
5.3.2 As políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar.....	36
5.3.3 As principais dificuldades para a permanência no campo.....	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6.1 PROPOSIÇÕES.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE.....	48

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo compreender o processo de migração de pessoas da zona urbana para a zona rural, num movimento ainda pouco comum, que vem ocorrendo nos últimos 15 anos no município de Parobé/RS. Neste sentido, a presente pesquisa visa entender quais os fatores estimulam a migração de pessoas da zona urbana para a rural neste município. Partiu-se do pressuposto de que em função disso o aumento da produção de alimentos no município tem sido bem significativo, principalmente nas localidades onde esse processo é mais percebido. Esse tipo de migração recente é observado em poucos lugares, talvez por esta razão existam poucos estudos deste fenômeno, tornando-o ainda mais instigante.

A autora é natural de Parobé, nasceu em Taquara, cidade vizinha, pois na época a cidade tinha apenas um ano e ainda não havia hospital. Até os 24 anos morou na zona rural, na localidade de Morro Negro, onde foi produtora rural, trabalhou na propriedade da família, onde a mãe possui até hoje uma agroindústria de panificados; já o pai produzia fumo, milho, feijão e cana-de-açúcar, e os ajudava. Já aos 25 anos, fiz a migração rural-urbana, ao contrário dos entrevistados. Entretanto, enquanto estive no meio rural, sempre mantive envolvimento com a comunidade e com os movimentos sociais rurais. Por esta razão já conhecia todos os entrevistados, e também porque atualmente ser Diretora Geral da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SEDR) de Parobé e conhece essa realidade passou a ser indispensável para que eu pudesse auxiliar no desenvolvimento, com proposição de políticas públicas e novos projetos.

Parobé é um município com 31 anos, oriundo de Taquara, sua emancipação política deu-se em função do crescimento de indústrias calçadistas como Bibi, Azaléia e Star Sax, que com o aumento da produtividade, e com a abertura do calçado brasileiro para o mercado externo, gerou aumento significativo da oferta de emprego. Dessa forma, de distrito de base agrícola e de produção de calçados artesanal, Parobé emancipou-se aos poucos, tornando-se uma cidade industrializada e promissora no Vale do Paranhana.

O crescimento da indústria calçadista também fez com que os moradores do Vale do Paranhana deixassem suas atividades agrícolas como meeiros, arrendatários e até mesmo proprietários e partissem para os pontos mais urbanizados em busca de salários fixos nas fábricas, e mais acesso aos serviços públicos.

O crescimento da cidade continuou até que as sucessivas crises no setor coureiro calçadista ocasionaram o fechamento de inúmeros postos de trabalho. Situação essa que fez com que a economia se diversificasse e as indústrias calçadistas passassem a não ser mais a única alternativa econômica. Nesta conjuntura, a agricultura voltou a fazer parte do cenário econômico local como uma alternativa de inserção socioeconômica.

Diante disso, após todas as instigações que foram feitas durante o curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, onde os alunos são “convidados” a observar os fenômenos que ocorrem em suas regiões e, quando da realização do estágio na agroindústria de um dos entrevistados, percebeu-se que esse movimento é algo cada vez mais evidente no cenário socioeconômico local, o que muito chamou a atenção da pesquisadora, em virtude de que essas pessoas fazem o caminho inverso ao seu e da maioria.

O objetivo deste estudo foi compreender os motivos que levam as pessoas a deixarem a zona urbana de Parobé. Para tanto, elaborou-se o seguinte questionamento: por que moradores da zona urbana decidem migrar para a zona rural? Trata-se de uma mobilização espontânea, por opção pessoal, ou há fatores que estimulam essa mudança, como estratégia de inserção socioeconômica, provocadas por algum tipo de incentivo público?

O presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: no capítulo 2 são trazidos os métodos e técnicas utilizados para a realização dessa pesquisa. No capítulo 3 tem-se uma revisão bibliográfica que ajuda a pensar a questão da migração. No quarto capítulo, apresenta-se um pouco da formação histórica política e econômica do município de Parobé, bem como os processos migratórios que o marcam. No quinto capítulo, traz-se contribuições obtidas com o trabalho empírico com o intuito de compreender esse processo, levantando os principais motivos de mudança para o campo. No final, apresentam-se as considerações finais onde se busca analisar por que as pessoas migram para a zona rural de Parobé.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a realização dessa pesquisa procedeu-se a combinação de alguns métodos para a investigação, na busca por compreender melhor o objeto de estudo e responder a indagação que norteia a pesquisa. Foi realizada a pesquisa bibliográfica em livros e artigos para desenvolver a problemática, tomando essas fontes como fundamentais para o embasamento conceitual e teórico, ampliando o conhecimento sobre o tema e a realidade a ser estudada.

Para compreender os motivos da mudança buscou-se conhecer também a realidade das pessoas antes da migração, na busca por tentar compreender melhor esse processo. Existe bastante distinção entre as atividades desempenhadas pelos entrevistados antes desse processo de mudança da zona urbana para a rural, bem como de local de origem. No que se refere à atividade que desempenhavam antes da mudança, Vidor, Philipisen e Morais foram comerciantes; já Schirmer e Rothmund desempenharam múltiplas funções, entre elas, comerciante e industriário, e Dickel era empresário do setor industrial.

Para entender melhor o processo analisado foram entrevistadas seis pessoas de diferentes comunidades rurais, que fizeram essa migração, buscando identificar os motivos desse retorno. Na busca por compreender esse processo e obter um diagnóstico dessa realidade local, a fim de possibilitar a proposição de políticas públicas que possam promover o desenvolvimento rural local, a pesquisa foi realizada com roteiro semi estruturado e aplicada em pessoas que fizeram tal tipo de migração.

Foram entrevistadas seis pessoas, de um universo de 55 pessoas que fizeram a migração urbano-rural com suas famílias, nos últimos 15 anos em Parobé/RS. Os entrevistados habitam em quatro das nove localidades rurais do município. As entrevistas com roteiro semi-estruturado foram realizadas nas propriedades dos entrevistados, com data e horários pré-agendados. Utilizou-se gravador de áudio e máquina fotográfica para auxiliar no armazenamento dos dados. Posteriormente as entrevistas foram transcritas em forma de texto.

A seleção dos participantes na pesquisa foi pré-estabelecida em reunião realizada na primeira quinzena de março entre a pesquisadora, a chefe do escritório da EMATER local e funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SEDR) de Parobé, onde a pesquisadora explanou os seus objetivos, e a equipe lhe ajudou na indicação das pessoas a serem entrevistadas de acordo com os critérios pré-estabelecidos, tais como: os que realizaram a migração urbano-rural nos últimos 15 anos; representantes das comunidades rurais onde há o

maior número de pessoas que fizeram essa mudança; também em famílias abertas ao diálogo, dispostas a participar neste tipo de trabalho. Com esses critérios foram selecionadas seis pessoas para a aplicação dos questionários.

A aplicação do questionário, foi realizada na segunda quinzena de abril, nas localidades do Salto, Fazenda Pires, Areia Branca e Santa Cristina do Pinhal. Estas quatro localidades são as que possuem mais produção agrícola e também um índice maior de pessoas que realizaram essa mudança para a zona rural.

3 O TEMA DA MIGRAÇÃO E ÊXODO RURAL NA LITERATURA ACADÊMICA

Este capítulo aborda os conceitos de migração e êxodo rural que ajudaram na compreensão do fenômeno em estudo. Assim, pretende-se descrever estes conceitos sob o ponto de vista de alguns autores, como: Valin (1996), para quem migrar é o ato de mudar, até mesmo de endereço; já para Abramovay e Camarano (1997), dizem que, para que a migração ocorra ela perpassa pelo processo de tomada de decisão; já com Schneider (2004), traz-se a migração e o êxodo rural ocorridos nas regiões dos Vales dos Sinos e Paranhana; segundo Portela (2004) os processos de migração e êxodo rural geram muitos problemas sociais.

Neste estudo busca-se avançar sobre as perspectivas mais gerais sobre o êxodo rural e os movimentos migratórios. Tratamos de movimentos pendulares que são ilustrados pelas próprias mudanças na realidade de Parobé. Busca-se tratar sobre a ideia de fluxos migratórios que ocorrem em função de mudanças socioeconômicas na localidade analisada, especialmente no que diz respeito a casos que podemos caracterizar como “neururais”.

3.1 MIGRAÇÃO

Abordar o conceito de migração requer repensar a formação das comunidades, as formações das cidades, regiões e países. As migrações são fenômenos históricos, intensificados no mundo moderno por motivos políticos, econômicos, sociais, étnicos ou ambientais. Segundo Valin (1996), o sentido de migração está em trocar de região, país, Estado ou até mesmo domicílio. É algo que já acontece desde o início da história da humanidade. Migrar faz parte do direito de ir e vir.

O processo de aglomeração de pessoas está diretamente relacionado à migração. Migrar significa trocar de “endereço para fazer a vida” e, Parobé é um exemplo desse processo, inúmeras pessoas deixaram suas casas em Palmeira das Missões e arredores, e migraram para Parobé e demais cidades do Vale dos Sinos, Paranhana e cidades da região coureiro calçadista. Conforme afirma Schneider (2004).

[...]O afluxo de migrantes da região Noroeste do Estado para o Vale dos Sinos foi muito intenso durante a primeira metade da década de 1980. Tomando como base o recadastramento eleitoral daquele ano, uma reportagem jornalística demonstra o forte impacto das migrações inter-regionais sobre as pequenas cidades localizadas próximas a Novo Hamburgo, principal polo de produção coureiro-calçadista da região. Segundo essa notícia, alguns desses municípios simplesmente dobraram o número de eleitores e, em consequência, sua população. Esse é o caso de Parobé, que tinha 5.450 eleitores em fins de 1982 e, em 1986 chegou a 12.250 com o recadastramento. O cálculo é que Parobé tenha passado de 10.200 para cerca de 20.000 habitantes nesses quatro anos[...] (SCHNEIDER, 2004, p.128).

O processo de migração que ocorreu nos Vales do Sinos e Paranhana e foi o responsável pelo crescimento das cidades como é o caso de Parobé, que duplicou sua população em apenas quatro anos, trouxe consigo o crescimento econômico e gerou o surgimento de inúmeros problemas sociais. Segundo Portela (2004), os processos de migração que ocorrem rapidamente são os grandes responsáveis pelo surgimento de inúmeros problemas, como a falta de moradia digna, educação de qualidade e saúde preventiva e curativa; o que, por fim, pode gerar aumento da marginalidade e de subemprego.

Sendo assim, a migração é determinante nos processos de transformações socioeconômica das sociedades, mas, sobretudo, é segundo Abramovaay e Camarano (1999, p.1) um processo de decisão:

[...] examinar os processos migratórios sob a ótica das transformações socioeconômicas que os determinam é importante, mas insuficiente. A migração é um recurso que se encontra à disposição dos indivíduos: ela não pode ser encarada como simples e passivo resultado de fatores objetivos que a determinam de maneira inelutável, mas também como produto de uma decisão[...] (ABRAMOVAAY ; CAMARANO, 1999, p.1).

A migração é, portanto, um processo de tomada de decisão, no qual quem migra opta por ir, por mudar, que normalmente o fator determinante é a busca por melhores condições de vida. Em busca disso, inúmeras pessoas desde a década de 1950 vêm deixando a zona rural e partindo para a zona urbana em todo o Brasil. Essa mudança chamada de êxodo rural é o mais conhecido processo de migração brasileira, e o veremos a seguir.

3.2 ÊXODO RURAL

É o processo de migração rural-urbana, o deslocamento da população do campo para a cidade, existe há muito tempo, mas foi percebido com mais intensidade a partir das primeiras décadas do século XX. O resultado é que nos últimos cinquenta anos, a população rural

diminuiu drasticamente, ao mesmo tempo em que a urbana aumentou. Segundo Portela (2004), em 1920 a população rural brasileira representava 84% e a urbana 16%, passados pouco mais de 80 anos a situação é completamente diferente. O censo do IBGE em 2000 apontou que 81,2% dos brasileiros moram nas cidades e apenas 18,8% no campo.

Entre as décadas de 1940 e 1970, as cidades brasileiras receberam tantos imigrantes, um contingente enorme de pessoas deixando a zona rural e indo em busca de emprego e moradia na zona urbana, uma busca por salário digno e melhores condições de vida que, nem sempre era possível, em virtude de que a oferta de emprego ficou incompatível com a demanda, a economia urbana não crescia na velocidade da migração. Em consequência crescia o desemprego e o sub-emprego no setor de serviços, aumentando o número de trabalhadores informais, vendedores ambulantes e gerando vulnerabilidade social. Isso associado a falta de infraestrutura urbana e planejamento do Estado o que contribuiu para a formação de um cinturão marginal nas cidades, o surgimento das favelas, palafitas e invasões urbanas.

Para Portela (2004), no campo a situação não é diferente: a população migrou, mas a pobreza permanece, agravada sobretudo pela concentração de terras, os latifúndios, e pela mecanização, que se por um lado representa o desenvolvimento, com o aumento da produtividade no campo, por outro retira o serviço do trabalhador rural, ampliando ainda mais esse fluxo migratório.

O processo de formação das grandes cidades é também uma das consequências do êxodo rural, segundo Portela, (2004).

[...] a formação de grandes cidades tem sido uma tendência que acompanha o processo de industrialização em várias partes do mundo, no Brasil, esse processo acabou resultando na maior concentração de rendas, resultando tanto no campo como nas cidades uma brutal exclusão social[...] (PORTELA, 2004, p. 7).

Segundo Casagrande (2006), há uma série de fatores que tem contribuído para a migração rural. As relacionadas com as alterações socioeconômicas parecem ser, no entanto, as que mais influenciam o processo de esvaziamento do campo.

Segundo Schneider (2004), embora o êxodo rural já tenha sido muito pesquisado, existem processos que permanecem sem explicação, como é o caso do êxodo existente nesta região (SCHNEIDER, 2004, p. 127).

[...] o processo de migração e êxodo que deslocou trabalhadores rurais da região Noroeste para a região coureiro-calçadista do Rio grande do Sul ainda permanece sem explicação adequada. O setor coureiro-calçadista constitui-se num fator de atração dessa força de trabalho expulsa do meio rural[...] (SCHNEIDER, 2004, p. 127).

O movimento citado na pesquisa refere-se ao fluxo de pessoas dos grandes centros urbanos, para cidades de menor porte, mas o que demonstra um fluxo inverso do que ocorria no passado. Atualmente, nota-se que pessoas se mudam da zona urbana para a zona rural e, principalmente saindo dos grandes centros urbanos. Ainda são poucos estudos que afirmam que isso ocorre em função das pessoas estarem “escapando” da poluição, do barulho, da violência e do estresse da vida urbana.

Portanto, faz-se necessário compreender porque as pessoas migram para a zona rural, a fim de conhecer quais aspectos socioeconômicos implicados nesse movimento. Para essa compreensão as teorias sobre migração e êxodo rural, e agora desse novo modelo de migração urbano – rural são indispensáveis tanto quanto conhecer a história in loco, por essa razão a seguir traremos a história social e econômica do município, bem como a vivência do público desse estudo, as pessoas que fizeram essa mudança.

4 O MUNICÍPIO DE PAROBÉ

Para a compreensão dos motivos que levam as pessoas a migrarem da zona urbana para a zona rural em Parobé, faz-se necessário compreender a história deste município, que é também marcada por processos migratórios. A seguir traremos um pouco da história local para que auxilie na compreensão das motivações que levam essa migração ocorrer, pois somente as conhecendo compreenderemos o processo, e também as motivações que fizeram as pessoas tomarem tal decisão.

4.1 HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DE PAROBÉ

Pertencente ao Vale do Paranhana, Parobé faz parte da microrregião 26, região Metropolitana de Porto Alegre. O município está situado ao norte deste conjunto, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul: 29°45'11"; Latitude Oeste: 50°42'11". Com uma superfície terrestre de 109,015 Km², sendo 24,45 Km² de área urbana e 84,565 Km² de área rural, segundo IBGE; limita-se ao norte com Igrejinha, ao Sul e Leste com Taquara, e a Oeste com Araricá e Nova Hartz.

Situada na confluência dos rios dos Sinos e Paranhana, mais precisamente em sua margem direita, Parobé surgiu como localidade na segunda metade do século XIX, oriundo do desmembramento da Fazenda de José Martins. Sua grande propriedade com aproximadamente três léguas quadradas, era denominada de Nossa Senhora da Conceição do Funil, devido ao arroio que a atravessava e em cuja margem Martins construiu um sobrado. Ali viveu de 1830 até sua morte em 1866. Mas bem antes de sua morte, iniciou-se um processo de divisões sucessivas das terras entre seus descendentes. Alguns lotes ou colônias de terras, como eram conhecidas, foram vendidas aos colonos alemães que chegaram em 1846 com Tristão Monteiro, um dos grandes líderes políticos de Taquara.

No final do século XIX havia na região uma série de pequenas e médias propriedades rurais atravessadas pela antiga estrada da serra e a estrada para Taquara, mas as principais vias de escoamento da produção continuavam sendo os rios, principalmente o Rio dos Sinos.

Essa situação começou a mudar com a construção da estrada de ferro da antiga VFRGS, trecho de Novo Hamburgo a Taquara. Esta tomou por empréstimo o nome dado à estação, numa homenagem ao Engenheiro João Pereira Parobé, secretário de obras do Estado e responsável pela obra. Após a sua inauguração no dia 15 de agosto de 1903, o povoado cresceu rapidamente e já em 1906, instalou-se o Cartório e Registro Civil e, em 1908, foi elevada a categoria de 3º distrito de Taquara. Na imagem abaixo a fotografia da antiga estação, onde hoje abriga o museu municipal em meio à praça 1º de maio, no centro da cidade.



Figura 01: Estação Ferroviária de Parobé/RS

Fonte: <http://www.brnging.com.br>

Segundo Mosmann (1999), a economia da localidade baseava-se na produção agrícola, principalmente, a mandioca. Na vila, alguma produção artesanal realizada por carpinteiros, ferreiros, funileiros, sapateiros, uma pequena hospedaria e armazém de secos e molhados abasteciam a população. De mais significativo, havia uma serraria e moinho de grãos, algumas atafonas e a casa atacadista do Sr. Albino Schaefer, que comprava e exportava a maior parte da produção agrícola local.

Com as sucessivas divisões das propriedades rurais, transformaram-nas em minifúndios, com a modernização da indústria e da agricultura, os jovens migram em busca de trabalho para as cidades mais populosas, como Porto Alegre e Novo Hamburgo, principalmente. Outros, com algum capital, começam ali mesmo a montar as primeiras fábricas de calçados, especialmente.

Então, na década de 1940, uma nova fase de crescimento na vila se inicia, com o surgimento de fábricas de calçados Bibi, Star Sax e Azaléia as maiores que ofertavam

trabalho para os moradores, mas logo começaram a atrair os habitantes da zona rural e de municípios próximos do Vale do Paranhana, Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. Já, na década de 1970, o início das exportações de calçados fez com que as empresas crescessem ainda mais, aumentando o número de empregos. Assim, uma nova onda de migração trouxe pessoas vindas de municípios distantes e de outros Estados, mas principalmente da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Na imagem abaixo a fábrica de calçados Azaléia S/A, onde, no final da década de 1980 e início de 1990 chegou a empregar 9.000 funcionários, hoje a Vulcabras/Azaléia em Parobé possui 800 postos de trabalho.



Figura 02: Vista panorâmica da Calçados Azaléia S/A – Parobé/RS

Fonte: <http://www.brbing.com.br>

O crescimento da população aliado ao descaso da cidade de Taquara com o seu 3º distrito acarretou na geração de inúmeros problemas como: carência de moradias, escolas, hospitais, bancos, telefones, rede de água, pavimentação de ruas, etc. Taquara realizou melhorias, para amenizar os problemas, conforme relata Mosmann (1999).

Novas melhorias foram introduzidas: posto de atendimento do INAMPS, posto da Caixa Econômica Federal, Agência dos Correios, ampliação da escola Engenheiro Parobé e a criação de mais de dez escolas municipais.

Mas, tudo isso não era suficiente. Parobé chegava aos anos oitenta com uma população que beirava os 10.000 habitantes, mais de 3.000 eleitores, 65 indústrias, 75 casas comerciais e uma arrecadação do ICM de Cr\$202.000.000,00 para um total de Cr\$ 377.136.400 da receita orçamentária de todo o município de Taquara. Enfim,

havia atingido a maioria, e a consciência dessa nova realidade, traria mudanças importantes nas suas relações com o município-mãe.
A jovem Parobé ansiava por liberdade; queria administrar sua vida e seu futuro (MOSMANN, 1999, p. 86).

Formou-se então, em 1980, uma comissão Emancipacionista para tornar Parobé um município independente de Taquara. Em consequência, no dia 25 de novembro de 1981, a Assembleia Legislativa do Estado aprovou o pedido de emancipação, marcando o plebiscito para o dia 28 de março de 1982. Nesse dia, 91% dos votantes aprovaram e no dia 1º de maio o então governador Amaral de Souza sancionou a Lei nº 7646, criando o novo município de Parobé.

A cidade tornou-se próspera e, em virtude do sucesso da indústria calçadista, impulsionou muitos habitantes de outras regiões, e até de outros Estados, a migrarem. A população inicialmente vinha para trabalhar como operário nas indústrias calçadistas.

Mas com as subseqüentes crises no setor calçadista fez com que muitas indústrias fechassem como a Star Sax, e outras alegando custo altos com impostos e mão de obra, transferiram suas unidades produtivas para o nordeste brasileiro e para a Ásia, como a Azaléia. Iniciava-se uma nova fase econômica, onde houve uma grande diversificação da economia local, com fomento ao crescimento do comércio e retomada da produção agrícola, além da diversificação da indústria, com atração de outros segmentos, como o moveleiro e o metalúrgico.

Atualmente, a população da cidade está estimada em 51.502 habitantes, segundo o IBGE (2010). No que tange ao relevo local, possui morros e encostas, matas, coxilhas, campos e muitos banhados, uma vegetação complexa e característica. O clima predominante é o subtropical e possui estações bem definidas. No que se refere às chuvas, a média é de 1.460 milímetros em comparação aos 1.302 milímetros do Estado, essa é a região mais chuvosa do RS, cerca de 110 dias chuvosos, com média de 3.345 horas/ano.

Portanto o município possui clima e relevo propícios para o desenvolvimento da agricultura, embora essa apresente crescimento, os demais segmentos da economia demonstram crescimento superior, como veremos a seguir.

4.2 AS MIGRAÇÕES EM PAROBÉ

Parobé é um município cujo histórico está intrinsecamente relacionado à migração, primeiro pelos colonos alemães que aqui iniciaram a construção da Vila juntamente com os portugueses e os nativos, posteriormente a vinda de pessoas oriundas das zonas rurais, que vinham em busca de trabalho diante da modernização da agricultura e principalmente da indústria, que inicia seu processo de crescimento. Conforme relata Schirmer, um dos entrevistados, “...morava com meus pais, sai ainda bem jovem, naquela época fazia-se carteira de trabalho com 14 anos, ai fui trabalhar na Bibi...”. No relato de Schirmer, este foi a trajetória que muitos jovens realizaram na década de 1980.

Para Mosmann (1999), o crescimento acelerado da cidade fez com que a população tivesse seu perfil transformado:

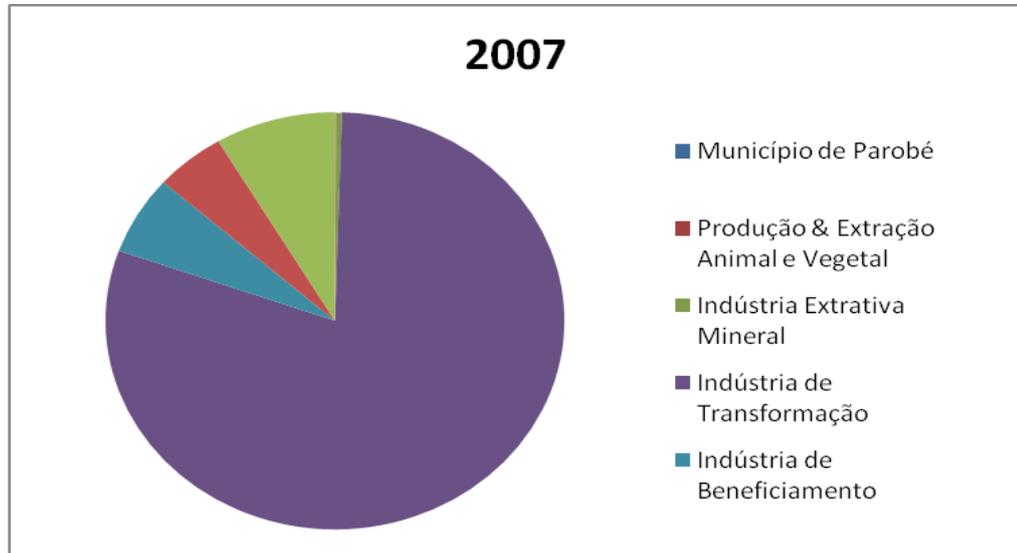
[...] composta anteriormente de agricultores, artesões, comerciantes, enfim, pequenos proprietários, para uma maioria de operários assalariados. Num primeiro momento, migraram para cá pequenos agricultores da região, que vendiam ou abandonavam suas propriedades em busca de melhores condições de vida. Um salário, mesmo que pequeno, mas certo no final do mês e a possibilidade de emprego para os filhos mais velhos, aumentando a renda familiar, proporcionavam melhorias econômicas (MOSMANN, 1999, p. 79).

Primeiro migraram os agricultores em busca de trabalho na indústria. Em seguida o crescimento da indústria calçadista com o início da exportação do calçado local tornou a cidade muito próspera, fixando-se como destino de muitos que saíram de outras regiões do Estado em busca do progresso de empregos “limpos” das indústrias.

Como relatam alguns dos entrevistados, tal como Vidor, que veio de Caxias do Sul: “[...] vim para Parobé por ser uma localidade próspera[...]”. As pessoas vinham e logo conseguiam emprego e moradia, voltavam e traziam mais gente, pois a cidade prosperava. Já para Rothmund, natural de Tenente Portela, “[...]depois de ter vivido em várias cidades gaúchas, catarinense e sul-mato-grossense, vim pra Parobé em 1988 para trabalhar com o calçado inicialmente na Bibi [...]”. Os migrantes vinham de outras regiões para trabalhar no calçado, alguns já haviam morado em outras cidades da região, antes de fixarem residência por aqui.

As sucessivas crises no setor fez com que a economia se diversificasse, o que gerou investimentos e atração de empreendimentos em outras áreas, dessa forma, algumas destas pessoas migraram para o comércio, outros para a mineração e alguns, para a agricultura. A seguir, apresenta-se um demonstrativo econômico, realizado com dados de 2007, onde é

possível perceber que a indústria ainda representava a maior arrecadação, mas cede lugar a outros setores da economia.



Quadro 01 - Demonstrativo econômico de Parobé- 2007

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ).

Como demonstra o relato de Schirmer a seguir, as pessoas saem do setor calçadista, em busca de outro serviço, que lhe satisfaça e dê dinheiro e condições de vida digna,

“[...] depois de anos no calçado, como a maioria, passei pelo comércio e prestação de serviços, ai vim para morar de volta em Santa Cristina, logo comecei com a piscicultura e plantação de eucalipto e acácia, ainda continuei um tempo com prestação de serviço, fazendo as duas coisas, agora faz uns dois anos que estou me dedicando mais ao peixe, a gente precisa se profissionalizar...”. Agricultor entrevistado Alberto Schirmer.

No relato de Schirmer, fica evidente que tanto no urbano, quanto no rural, é necessário ser bem remunerado, por essa razão ele busca a profissionalização no ramo da piscicultura.

Segundo a engenheira agrônoma Ana Helena da Silveira Barbieri, chefe do Escritório da EMATER de Parobé, atualmente existem no município 800 talões de produtor rural, destes aproximadamente 600 são produtores rurais “de final de semana”, ou seja, possuem outra atividade que desempenham e a agricultura é a segunda fonte de renda, portanto, a pluriatividade é bastante observada no município. Segundo os dados da Empresa, atualmente

existem 120 famílias de agricultores, que vivem exclusivamente das atividades agrícolas, e dessas 55 são oriundas da cidade.

“[...] nos últimos 15 anos mais de 55 famílias migraram da zona urbana, para a zona rural de Parobé, o que representa 45% das famílias que vivem, e que dependem da agricultura, é bastante alto esse índice, realmente merece um estudo mais aprofundado, para que possamos ter políticas mais específicas que atenda as demandas dessa população...”Entrevistada Ana Helena Silveira Barbieri.

Ainda segundo a entrevistada, existem 55 famílias oriundas da zona urbana, e que residem atualmente na zona rural vivendo da agricultura, em Parobé. Para que as entidades que prestam serviço de extensão rural, esse é um complicador para a obtenção de políticas públicas como o PRONAF, por exemplo, não havendo uma política específica para auxiliar essas pessoas.

Conhecendo a história econômica e social desse município, percebe-se que todo o crescimento econômico está diretamente relacionado com os processos migratórios. Neste sentido, além de compreender o passado, faz-se necessário conhecer a realidade in loco, portanto, no capítulo a seguir serão trazidas mais informações obtidas com as entrevistas realizadas, na busca da compreensão dessa mudança realizada por muitos que hoje são agricultores locais.

5 POR QUE AS PESSOAS MUDAM PARA A ZONA RURAL EM PAROBÉ/RS?

Com o objetivo de compreender por que moradores de uma zona urbana decidem migrar para a zona rural, buscou-se verificar se trata de uma decisão espontânea ou se a mudança ocorre de forma induzida ou incentivada; e ainda se os que mudam possuem identidade com o rural, e se essa pode ser uma condição fundamental para a migração.

Na busca por respostas, neste capítulo serão trazidos trechos das entrevistas, para auxiliar nesta compreensão. Entrevistas realizadas nas localidades do Salto, Fazenda Pires, Areia Branca e Santa Cristina do Pinhal.

Na figura 03, o croqui do município, construído pela EMATER, durante o diagnóstico rápido participativo em 2000, que auxilia na localização dessas comunidades rurais.



Figura 03: Croqui do município de Parobé
Fonte EMATER (2000).

Observando o croqui é possível constatar que as quatro localidades representadas no estudo são as mais próximas da zona urbana e Santa Cristina tem uma parte que é considerada zona urbana, porque possui um povoado significativo, um centro histórico.

Nas entrevistas buscou-se conhecer a realidade atual em que cada entrevistado vivia antes de se mudar para a zona rural, através das seguintes questões norteadoras: quais as motivações para a mudança? Teve contato com as atividades agrícolas em algum momento anterior? Com sua mudança sua renda aumentou ou diminuiu? Você e sua família pretendem permanecer na agricultura? Quais são os principais problemas para a vida no campo? Quais os benefícios para a vida na zona rural? Essas foram as questões norteadoras ajudaram a conhecer a realidade estudada.

Quanto ao grau de instrução dos entrevistados, dois possuem ensino fundamental incompleto, três têm o ensino médio e um possui curso técnico profissionalizante.

Para melhor compreensão dos dados tem-se o quadro a seguir com os perfis e motivos dos entrevistados, a fim de sintetizar as informações.

Quadro 02 – Perfil e motivação dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, Maio de 2013

ENTREVISTADO	PERFIL	MOTIVOS	DECISÃO
Dickel	Empresário, aposentado, técnico em química.	Com o divórcio adquiriu a terra, mas a mudança ocorreu com a falência de sua indústria Urbana.	Induzida
Morais	Jovem, comerciário antes da mudança, ensino médio.	Nunca gostou da zona urbana.	Incentivada
Philipsen	Representante comercial, oriundo de Porto Alegre, ensino médio.	Após o divórcio adquiriu a terra, que sempre fora seu objetivo.	Espontânea
Rothmund	Comerciário e industriário, ensino fundamental incompleto.	Adquiriu a terra, por meio do Banco da Terra.	Incentivada
Schirmer	Comerciário, e industriário, ensino médio.	Com a crise da indústria calçadista, mudou-se para a propriedade da família.	Induzida
Vidor	Comerciário aposentado, ensino fundamental incompleto.	Mudou-se para sua chácara somente após a aposentadoria.	Espontânea

Levantam-se dessa forma as motivações para essa mudança, que são diversas, mas pode-se destacar que para Dickel e Schirmer a decisão foi induzida pela crise do setor coureiro calçadista. Já para Moraes e Rothmund, foi incentivada pela conquista da terra e pelo “gosto” pelo rural, já para Philipsen e Vidor foi uma decisão espontânea, após a aposentadoria na busca por melhor qualidade de vida. Conforme vê-se a seguir esses e demais fatores que julgou-se interessantes para a compreensão desse processo.

5.1 DECISÃO INDUZIDA POR UM OU MAIS FATORES

Para dois dos seis entrevistados a decisão por migrar foi induzida, principalmente pela crise no setor calçadista, não havendo apenas uma razão para a migração, mas essa foi a razão determinante.

Dickel, que adquiriu a terra ao se separar, trocou-a por uma casa no centro da cidade, onde seu objetivo era apenas morar com melhor qualidade de vida, mas com a falência da empresa, um novo casamento e em seguida dois filhos, seus planos mudaram. Dickel relata:

“[...] vim para o meio rural quando ainda era empresário, somente por qualidade de vida, com a saída definitiva da área empresarial, me vi obrigado a transformar a propriedade numa empresa, pois tinha mais dois filhos pequenos e tinha que pensar no futuro deles, no início produzia 5 toneladas/ano hoje são 45 toneladas/ano, mais 20 que compro para transformar, tive que me profissionalizar para sustentar a família.” Agricultor entrevistado

Para Schirmer, o retorno ao campo ocorreu porque possuía a terra da família, com a morte de seu pai, para não mais deixar a mãe sozinha, mas principalmente com a crise no setor calçadista que afetou toda a economia, com isso a vida na cidade não estava mais muito fácil, então como sempre teve ligação com o campo, ele afirma que no campo é melhor:

“[...] sabe, sempre tive ligação com o rural, agora faz uns dois anos que tenho me dedicado mais a piscicultura, que é o meu forte, tenho umas cabeças de gado, eucalipto, mas me dedico mesmo é ao peixe ... voltei para cá por qualidade de vida mesmo, a crise do calçado afetou tudo, até no comércio estava difícil, ai preferi viver aqui até por causa da mãe também, do que passar trabalho na cidade.” Agricultor entrevistado.

Embora ambos relatam ter sido induzidos pela crise no setor industrial local, os demais entrevistados também podem ter sofrido esse impacto, mas não tão diretamente. A situação econômica foi apenas um fator determinante, ambos possuem mais de um motivo dentre eles

os principais nestes dois casos foram possuir ligação com o campo e a busca de uma vida melhor e mais tranquila na zona rural.

Por haver separado e casado novamente, Dickel comprou a propriedade, mas sua indústria de transformação de couros entrou em falência, então se viu obrigado a investir nas atividades rurais e profissionalizá-las. Schirmer outro entrevistado, em função de que sua mãe iria ficar sozinha na propriedade da família, sucessão rural, também pela crise no setor calçadista que havia afetado toda a economia local. Portanto, ambos foram induzidos diretamente pela crise no setor calçadista, que foi a principal causa da mudança.

5.2 DECISÃO INCENTIVADA

Para dois dos três entrevistados a decisão foi incentivada pela conquista da terra, um porque a ganhou, e o outro em função da aquisição por meio do Banco da Terra, uma política de crédito voltada as pessoas que vivem no campo e não possuem terra.

Morais, outro agricultor entrevistado, relata ter ganho a terra para cuidar de um casal de idosos, “... começamos a plantar, eu e o pai nessa terra aqui do lado, ali pagávamos aluguel, aqui morava um casal de velhinhos, que não tinha ninguém, eles me ofereceram a terra, para eu cuidar deles, me deram de papel passado e tudo...”. Moraes referindo-se a conquista da terra, que a ganhou de “presente” para cuidar de um casal de idosos, se não a tivesse ganho, poderia ter voltado para a zona urbana, ou quem sabe estaria trabalhando ainda em terras arrendadas e ou em parcerias.

Rothmund, conforme demonstra em seu relato que suas condições de vida antes da aquisição da terra eram bem precárias, pois havia se acidentado e com quatro filhos pequenos, a sobrevivência estava bem difícil na zona urbana. A aquisição da terra ocorreu por meio do Banco da Terra. Segundo Rothmund:

“...numa manhã, seu Luiz (funcionário da prefeitura), veio aqui e me trouxe a ficha para a inscrição para o Banco da Terra isso em 1999, fui um dos primeiros a me inscrever...até que em 2001 saiu a terra, passamos muita dificuldade... Depois, construímos um galpão e viemos pra cá com as 4 crianças...” Agricultor entrevistado.

Essa política pública foi criada na década de 1990, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve a implantação da Cédula da Terra, que centrou suas ações no nordeste brasileiro, e posteriormente transformado em Banco da Terra no Brasil, atualmente Crédito Fundiário, que se dirige predominantemente aos estados meridionais. Estes estados passam a concentrar 49,6% do total de famílias financiadas no Brasil e 55,1% do gasto total. O Rio Grande do Sul é a unidade federativa com o maior número de famílias beneficiadas, a qual é responsável por, respectivamente, 29,7% e 28,1% do total de famílias assentadas e de recursos investidos (SRA/MDA, 2008). Segundo Moreira e Da Ros, (2007)

O Banco da Terra consiste em uma sistemática centrada não mais no processo de desapropriação por interesse social, definido no artigo 186 da Constituição Federal, mas na compra direta de terras através de operações que não ultrapassam o limite de R\$ 40.000,00 e que tem como itens financiáveis a compra de terras, a implantação de infraestrutura e custos operacionais. Podem ser beneficiários os trabalhadores rurais proprietários, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar e não proprietários com, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural. Os proponentes devem possuir 80% da renda bruta familiar oriunda das atividades agropecuárias, além de não possuírem restrições cadastrais junto ao agente financeiro. Após receber o financiamento, o beneficiário tem até 20 anos para saldar sua dívida, incluídos três anos de carência, com juros pré-fixados entre 6,0 a 10% ao ano, de acordo com o montante financiado. Mediante o pagamento pontual de cada parcela, os agricultores têm o direito a rebates de 50% sobre os juros. O imóvel financiado é a garantia real do empréstimo, permanecendo alienado até o final do contrato (MOREIRA; DA ROS, 2007, p.16).

Esse programa teve uma importância política para o governo Fernando Henrique Cardoso, pois segundo ele, essa era a forma de diminuir o número de assentamentos da Reforma Agrária, distribuindo terras, mas para os movimentos sociais de luta pela terra, esse programa não contempla a Reforma Agrária. Segundo Frei Sergio Görden, citado por (MOREIRA e DA ROS, 2007, p.15).

O crédito fundiário hoje é uma política anti-reforma agrária. Uma política construída pelo Banco Mundial para fortalecer o agronegócio em grandes áreas. É esse o objetivo do crédito fundiário. Outra coisa é pensar um programa de crédito fundiário como um programa complementar a um projeto de reforma agrária massiva. Neste caso eu defendo. Isso, aliás está previsto no Estatuto da Terra como medida para a reaglutinação de minifúndios, para combater o fracionamento excessivo da propriedade (MOREIRA e DA ROS, 2007, p.15).

A aquisição da terra é uma das principais conquistas, mas esses, assim como os demais entrevistados, demonstram possuírem vários outros fatores determinantes, dentre eles o principal é a busca por tranquilidade e o contato com a natureza.

5.3 DECISÃO ESPONTÂNEA

Para Philipsen e Vidor a mudança foi espontânea, cuja principal motivação foi a busca por melhor qualidade de vida após a aposentadoria. Ambos sempre tiveram o sonho de retornar a agricultura, pois na infância e adolescência, viviam na zona rural e sempre quiseram voltar. Porém, somente conseguiram a realização desse objetivo de vida após se aposentarem. Não somente para os dois entrevistados a busca por qualidade de vida é fator determinante para a vida na zona rural, para os outros entrevistados, embora tenham sofrido outras influências, também citam esse fator como determinante.

Philipsen aponta também a aquisição da terra como determinante para a vinda para o rural: “...sempre tive contato com o campo, na infância e adolescência, meus pais eram agricultores, e quando consegui adquirir essa terra, não pensei duas vezes e, enquanto a saúde permitir quero permanecer aqui, em função da qualidade de vida...”. Ele afirma que ao se separar, com a divisão dos bens resolveu adquirir a terra e vir para a zona rural de Parobé em detrimento a Porto Alegre. Ao ser indagado sob qual seria a principal vantagem em permanecer, Sadi relata que embora na cidade se tenha maior contato com os bens e serviços, no campo a qualidade de vida é compensadora:

“... Eu que morava em Porto Alegre, onde se tem acesso a escola, transporte, cultura, lazer, a todos os bens e serviços, no início senti muita falta, mas o campo é melhor, também com a internet melhorou a nossa comunicação, hoje tem tudo na internet... e depois basta ter o que gastar se gasta aqui também, e também não estamos tão longe, Novo Hamburgo é perto, e ali tem tudo, cinema, teatro, shopping etc...” Agricultor entrevistado.

Já Vidor, natural de Caxias do Sul, viveu na zona rural até vir para Parobé, onde trabalhou como comerciante por muitos anos, mas relata que sempre quis voltar para a zona rural, e que somente realizou o desejo após a aposentadoria do comércio, quando adquiriu a terra. Vidor postula que “... antes de me aposentar, onde tive minha independência financeira adquiri essa área de terra, que sempre foi meu sonho...”. Assim, o entrevistado relata que só produz para o consumo, o que sobra da produção é dividido com os filhos e netos, somente o peixe ele produz para a comercialização, “... desde a terceira feira do peixe eu participo, é muito bom, por isso tenho ampliado meus açudes, quero produzir mais peixe...”, mas o excedente das outras produções comercializa, “... entrego pro Marcos, que vende na ferinha.”. Ele relata que no campo “... sempre tenho o que fazer, mas mesmo sem necessidade, faço com seriedade, tira-se muita coisa da terra”. Para ele, se morasse na cidade, estaria com a vida ociosa, já no campo, ele sempre tem o que fazer. E ainda poder conviver com a natureza é o melhor para Vidor já, que aqui é possível “...levantar bem sedo, ouvir o canto dos pássaros e o dia amanhecer, não tem dinheiro que pague, poder fazer o teu horário...”.

A busca por qualidade de vida é, portanto um dos fatores que os leva para a zona rural e determinante para a permanência. Pois apesar da agricultura ser uma atividade que exige muito esforço físico, conhecimento de muitas técnicas além da atividade estar sempre suscetível às intempéries do tempo. Para os entrevistados o contato com a natureza, além da tranquilidade da vida rural é um dos fatores determinantes para a permanência na zona rural. Para Fabrício (2004, p. 30), trabalhar com qualidade de vida vem se tornando indispensável, em um mercado cada vez mais consistente, exigente e competitivo.

A qualidade de vida do homem está diretamente ligada à qualidade do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o crescimento saudável, sem desperdícios. Para que a sociedade obtenha benefícios, são necessárias mudanças de atitude, isto é, valorizar o ser humano como o gerenciador de todo o processo, o uso inteligente dos recursos naturais e a redução de todo e qualquer desperdício. (FABRICIO, 2004, p. 30).

Para Jaques (1996, p. 134), qualidade de vida significa entender e procurar entender as pessoas em suas necessidades integrais, incluindo as áreas biológica, psicológica, social e espiritual. Contudo o principal aspecto da qualidade de vida é a humanização.

Os entrevistados relatam aumento da qualidade de vida e diminuição da renda após a mudança para a zona rural, entretanto, alegam que na zona rural os valores de vida são outros, podendo dessa forma viver com menos dinheiro e melhor do que na cidade.

5.3.1 A economia familiar após a mudança

No que se refere a renda após a mudança, entrevistados relatam que possuem como fonte de renda apenas as atividades agrícolas e pecuárias, embora a metade dos entrevistados somente mudou-se para o meio rural após a aposentadoria urbana, conforme segue relato de seu Vidor:

“Já tinha adquirido essa terra, mas só vim definitivamente para cá, após a minha aposentadoria, tinha um comércio, e sabia que aqui minha renda iria diminuir, quando eu era jovem trabalhava na lavoura com meu pai, sei que a vida na agricultura não é fácil, não podia arriscar... me aposentei bem ai vim...” Agricultor entrevistado.

Seu Vidor era sabedor de que sua renda diminuiria na zona rural, como afirma que diminuiu, portanto, resolveu esperar a aposentadoria para somente depois se mudar. Vidor não é o único que teve sua renda reduzida após a mudança. Dos seis entrevistados, três afirmam que suas rendas diminuíram significativamente.

Não apenas em Parobé/RS, mas em todo o Brasil, no campo se ganha menos do que na cidade, segundo os dados do índice de concentração de renda nos domicílios rurais brasileiros, verificado por análise do IPEA alcança 0,727, segundo o coeficiente de Gini. O rendimento médio do trabalhador nas áreas rurais se limita a 35% (R\$ 360) do rendimento médio mensal do trabalhador das cidades (R\$ 1.017). Os números evidenciam uma discrepância entre as realidades rural e urbana no Brasil.

Segundo Philipsen afirma que sua a renda diminuiu, mas o sistema de vida é outro, e compensa, pois, para ele: “a gente vive melhor, com menos, o sistema é outro, vivemos mais livres, sem tanta preocupação, não temos tanto compromisso aqui...”. O entrevistado referindo-se as mudanças nas rotinas, para ele que anteriormente vivia em Porto Alegre, demonstra satisfação por não conviver mais diariamente com o “corre-corre” da capital, e agora demonstra satisfação com o convívio com a tranquilidade da vida na zona rural.

Dickel também afirma que a sua renda diminuiu, mas que no rural é outra vida: “...a renda diminuiu, mas em contrapartida, tu não tem que te mostrar para a sociedade, eu não sabia que podia viver com tão pouco... não voltaria mais para uma atividade empresarial como

antes, comandar 200 funcionários, se 4 me incomodam hoje...”. Para o entrevistado, na zona rural, não se vive num mundo do “faz de conta” que nem na cidade, para ele, o campo é tudo de verdade, ele relata que o principal problema hoje são os funcionários, “os peixes não me incomodam [...] em compensação os empregados...” Dickel brinca ao se referir aos problemas do negócio e fala da melhoria da vida após a mudança.

“...hoje onze anos no campo, eu vivo muito melhor, com mais qualidade de vida ...vivo mais com a família, tenho uma vida melhor, ...tenho um filho de 39 anos, que não teve pai presente, em compensação os dois mais novos convivo muito, ensino coisas do dia a dia, olha isso é química, aquilo é matemática, ou física na prática, falo-lhes sobre minhas experiências... também hoje na cidade tu não tem domínio dos filhos...” Agricultor entrevistado.

Para ele o convívio familiar está lhe dando saúde, “eu nunca imaginei que pudesse viver tão bem com tão pouco” nessa fala do entrevistado, percebe-se a mudança de paradigma que ocorre, durante o processo de mudança, ele que era um empresário respeitado na cidade, “hoje não ligo para o que estou vestindo, tenho que ir no centro, pagar uma conta, eu vou do jeito que eu tiver trabalhando, antes eu não era assim”.

Vidor atribui a mesma compreensão dos demais: a renda diminuiu, mas os benefícios da vida no campo compensa. Ele disse que: “depois que vim pra cá posso ficar mais com o Giovanni (referindo-se ao seu filho especial), levar e buscar na escola, sempre fui do CPM da APAE, e aqui tenho mais tempo para fazer essas coisas... e ele está sempre comigo, a vida dele também melhorou, com essa mudança, o convívio com a natureza faz bem”. O entrevistado afirma que desde a mudança pode conviver mais com sua família, principalmente com seu filho especial. Relata ainda que sempre fez parte da vida escolar de seus filhos, mas que agora possui mais disponibilidade de participar ativamente das atividades escolares, e isso é imprescindível para o desenvolvimento dele, seu filho mais jovem.

O único entrevistado que afirma que sua renda aumentou após a mudança foi Rothmund. Conforme seu relato, sua condição de vida antes da aquisição da terra era bem precária, pois havia se acidentado e com quatro filhos pequenos a sobrevivência estava bem difícil na zona urbana. A aquisição da terra ocorreu por meio do Banco da Terra e todos os bens que possui hoje foram conquistados via outras políticas públicas, como o PRONAF e o PNAE.

5.3.2 As políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar

As políticas públicas Federais são fundamentais para a permanência da Agricultura Familiar no campo, tanto que dos seis entrevistados, apenas dois relatam não terem acesso a essas políticas, que atualmente existe no Brasil, que são o PRONAF e o PNAE. Entretanto, todos possuem acesso às políticas locais de incentivo ao desenvolvimento rural.

Os entrevistados relatam ter acesso a uma série de políticas locais de incentivo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, entre elas estão horas de trator com valor subsidiados; compra de insumos de forma coletiva, na qual a municipalidade disponibiliza o frete; aquisição de mudas frutíferas, também subsidiadas; inseminação artificial para melhoramento genético, onde o produtor somente paga o sêmen; e duas feiras anuais, da melancia e do peixe; além da feira do agricultor, todos os sábados pela manhã.

A feira da melancia é um evento tradicional do município, que ocorre na praça central, durante 10 dias do mês de janeiro, onde a prefeitura municipal disponibiliza a infraestrutura e os produtores comercializam seus produtos de verão, como melancia, melão, milho verde, feijão, abobora, etc., onde a única exigência é que a produção seja de Parobé. Na imagem abaixo a feira, que é a principal feira do setor agrícola do município.



Figura 04: Feira da melancia de Parobé
Fonte: Pesquisa de campo, Janeiro de 2013.

Dos entrevistados, três participam da feira da melancia, e todos eles participam da feira do peixe que é realizada na semana que antecede a páscoa, ambas no mesmo local e com mesma estrutura. As barracas, os freezers, fogões e as balanças disponibilizadas aos produtores foram adquiridas com recursos do MDA para incentivo de feiras para a comercialização da produção local. Os entrevistados demonstram em suas entrevistas a importância dessas políticas para o escoamento de suas produções, no último ano dos 10.000 Kg de peixe comercializados na feira, Dickel comercializou 2.500 Kg, Philipsen e Morais 1.300 Kg cada um, Vidor 1.200 Kg, Rothmund 900 Kg e Schirmer 800 Kg, ou seja, somente nesta feira, os entrevistados foram responsáveis por 80% da comercialização do evento, e portanto, puderam tirar os investimentos feitos, realizar novos investimentos em novas estruturas de produção, além da obtenção de lucro.

Estas são as formas de incentivo a produção rural local e ao desenvolvimento das atividades que atualmente os agricultores têm acesso, por meio da prefeitura municipal, que conta ainda com convênios com a EMATER a qual presta serviços de assistência técnica e é responsável também pela realização dos projetos de crédito do PRONAF, além do desenvolvimento social. Também há um posto de atendimento da Inspeção Veterinária, divisão da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, a qual é responsável pela sanidade animal dos animais do município e de outras cidades da região.

Segundo afirmação de Rothmund, hoje ele possui casa, carros, galpões, trator e implementos agrícolas adquiridos por meio de políticas públicas de incentivos para a Agricultura Familiar; inclusive sua terra fora adquirida por meio de uma política pública, o Banco da Terra, já citado anteriormente.

“... vida melhorou muito, aqui ao menos se tem comida sempre, se vende o que sobra, mas adquiri muita coisa, tudo com PRONAF, a terra, que é pelo Banco da Terra, já está paga, devagar a gente vai pagando, o PRONAF é muito bom, e agora com a Alimentação Escolar, a gente tem um mercado certo, e a garantia de pagamento dos financiamentos...” Agricultor entrevistado.

Para Schirmer o PRONAF foi a forma de incrementar o negócio, com a aquisição de uma caminhonete refrigerada, para o transporte do pescado; um gerador de energia elétrica para minimizar prejuízos em caso de queda de energia elétrica; e demais implementos

necessários para a sua produção, além da reforma do galpão onde recebe seus clientes. Para ele é uma ferramenta fundamental para a permanência do pequeno agricultor no campo:

“... a reforma desse galpão e a compra dessa caminhonete foram realizadas com o PRONAF, sem falar nos equipamentos, os aeradores, gerador de energia... tudo que fiz foi com o PRONAF, claro, tem que trabalhar muito pra pagar, não é fácil fazer sobrar o valor da parcela, mas é só ter vontade ...” Agricultor entrevistado.

Assim como Schirmer, Moraes também relata a importância do PRONAF, cita os implementos adquiridos por meio dessa política, e salienta a facilidade de endividamento, que pode levar o agricultor a inadimplência. Falando sobre isso, ele afirma:

“Tudo que adquiri foi através do PRONAF, hoje estou pagando 18.000,00 por ano, adquiri implementos, casa e uma caminhonete, mas tem que ter cuidado para não se endividar, pois como tenho bastante produção, o crédito é fácil, mas tirar isso limpo não é fácil ...” Agricultor entrevistado.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa de crédito individual ou coletivo, que pode ser utilizado para custeio da safra, investimento, equipamentos ou infraestrutura de produção e ou serviços agropecuários e não agropecuários. Para acessar o programa é necessário a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) fornecido por um Sindicato rural ou pela Emater. Essa declaração é emitida de acordo com a renda anual da família e com as atividades exercidas, direcionando, desta forma, o agricultor à linha de crédito a que tem direito. A renda bruta anual dos agricultores familiares para este acesso ao PRONAF deve ser de até R\$ 160 mil. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Segundo Xavier da Silva (2010),

[...] é um importante programa de financiamento das atividades agrícolas familiares no meio rural, o PRONAF, foi viabilizado no período do Plano Real e tem obtido resultados significativos, conforme a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Entre esses resultados, o SAF/MDA (2009) destaca: *grande alcance do Programa em todo o

território nacional, com cerca de dois milhões de famílias inseridas; * as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais; *beneficiamento do publico de mais baixa renda com cerca de 60% das operações; *concentração dos subsídios para os mais descapitalizados e acesso destes às fontes do Sistema Nacional de Credito Rural, além do Orçamento Geral da União (OGU); * baixa inadimplência (em torno de 2,5%); compartilhamento dos custos e do risco com o sistema financeiro da União;* dinâmica consolidada de construção dos Planos de Safra em parceria e diálogo com os movimentos sociais rurais.

Conforme dados do BACEN (2009), o PRONAF atingiu em 2007, mais de um milhão e novecentos mil contratos, com valor médio das operações em torno de R\$ 3.765,72. Os estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo, do Espírito Santo e do Pará absorvem 74,1% dos recursos e 53,8% dos contratos do programa (XAVIER DA SILVA, 2010, p.68).

O PRONAF possibilita a garantia da produção e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentação Escolar (PNAE) faz com que os agricultores familiares tenham um mercado, com preço justo e garantia de pagamento, priorizando a produção e comércio local, a diversidade cultural e os alimentos saudáveis, para os educandários públicos.

Segundo o MDA, a Lei 11.947/2009 determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, seja gasto na compra de produtos da agricultura familiar e de empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Cada agricultor pode entregar até 20 mil reais por DAP/ano. Em Parobé, para o cumprimento dessa Lei os alimentos são prioritariamente adquiridos da Associação dos Produtores Rurais e Piscicultores de Parobé; os alimentos que a associação não consegue fornecer, são priorizadas as Cooperativas ou Associações, conforme determina a Lei.

Dos seis entrevistados, três fazem parte dessa associação e comercializam para a Alimentação Escolar, para Morais: “... a merenda escolar é uma segurança a mais, pois dessa forma sabe-se que entregou, recebeu. Esse ano vou entregar para quase 10.000,00 Reais...”. A garantia da comercialização e do pagamento são as principais vantagens vistas pelo entrevistado, apesar de não entregar a cota no valor máximo, em virtude de que dividem os itens, para que cada membro possa realizar suas entregas, tendo em vista de que muitos produzem os mesmos itens, mesmo assim o entrevistado demonstra muita satisfação com o programa.

Philipsen, para quem também esse programa é uma garantia de comercialização e de renda, e segundo ele: “...a merenda escolar é uma grande ferramenta que temos agora, pois é uma venda certa, com pagamentos também certos ...”. Esse programa é uma inovação, que satisfaz muitas esferas da sociedade, os menos favorecidos economicamente, por que os filhos

tem acesso à alimentação de qualidade nas escolas, e os agricultores por possuírem uma segurança de comercialização da sua produção.

O PRONAF e o PNAE são fundamentais para a permanência dos agricultores familiares no campo. Dos seis entrevistados, quatro relataram ter acesso ao Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Mas como nem todos se enquadram nesses programas, contudo para os programas locais não há restrição, qualquer produtor rural pode acessar os incentivos para a promoção do desenvolvimento rural local.

5.3.3 As principais dificuldades para a permanência no campo

Para a compreensão da realidade rural, foi-lhes questionado também sobre as principais dificuldades enfrentadas na zona rural. Segundo os entrevistados, entre as principais dificuldades para a vida na zona rural estão a falta de mão de obra; a pouca rentabilidade das atividades em virtude dos insumos serem caros e o lucro que nem sempre é garantido, pois as intempéries do tempo coloca a atividade agrícola em risco.

A escassez de mão de obra aliada à falta de sucessão rural, são os principais obstáculos para Rothmund. Segundo ele, “... a mão de obra é muito cara e difícil, os insumos são muito caros e é uma atividade de alto risco, pois dependemos do tempo ... tu compra a semente, arruma a terra e depois não colhe nada, foi o que aconteceu com a melancia ano passado...”. Sua esposa relata que vir para o rural não foi uma escolha, “... foi à situação financeira precária que nos trouxe de volta para o rural, pois antes tínhamos vivido no rural, mas não queremos mais sair e voltar para o urbano, mas os problemas hoje, é a falta de saúde do Jandir e os filhos que estão indo todos para a cidade, o mais velho trabalha na indústria, a guria no comércio, o Cleiton na prefeitura e o nenê diz que quando fizer dezoito anos não vai mais ficar aqui, por enquanto nos ajuda”, relata Nica.

A falta de sucessão rural é um problema evidente na região para a promoção do desenvolvimento rural, para Siqueira (2004, p.38) essa questão está diretamente relacionada à falta de visibilidade dos jovens como atores sociais.

[...] O jovem não consegue ser ouvido em seu ambiente familiar. A estrutura patriarcal, ainda existente na maioria das áreas rurais, limita o acesso dos jovens a manifestações e até na tomada de decisões.

Também Silvestro (1998), em sua pesquisa realizada no oeste catarinense, constatou que “(...) a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros” (SILVESTRO, 1998, p.8). Isso significa que as relações dos jovens com sua família e sua valorização, tanto através da educação formal recebida quanto pelas suas habilidades adquiridas, vai definir suas estratégias na vida [...] (SIQUEIRA, 2004, p. 38).

Este depoimento vem a corroborar com a ideia de que a falta de participação dos jovens na agricultura brasileira e local, pode estar relacionada com os modelos educacionais vigentes, que valorizam o urbano em detrimento ao rural. E no município da pesquisa, por exemplo, nos últimos dez anos todas as escolas multisseriadas da zona rural foram fechadas, sob a alegação de que o custo é alto para a manutenção e que a qualidade de ensino é melhor nas escolas dos bairros urbanos. Atualmente as crianças e adolescentes da zona rural, pegam transporte e deslocam-se até o bairro mais próximo para estudar em escolas dos bairros periféricos. Talvez esse seja um dos fatores que retira os jovens do rural local, pois o sistema educacional os leva para a zona urbana.

Dickel afirma que também enfrenta o mesmo problema. “Hoje tenho a ideia de vender tudo e somente viver no campo, pois meus filhos não querem dar segmento no negócio, e o custo de funcionários é muito alto, além disso, os funcionários não vestem a camiseta, possuem quatro funcionários fixos e essa conta fica alta...”. Dickel ainda enfrenta outro problema que é a falta de políticas públicas voltadas para quem não é pequeno, e nem grande produtor, para quem é grande produtor existem linhas de crédito com juros baixos, são para os pequenos, principalmente. Mas como ele não se enquadra nos pré-requisitos para possuir DAP, não tem acesso ao PRONAF, o que aumenta as taxas de juros para realização de seus investimentos, portanto para ele não a políticas de incentivo, além de não ter assistência técnica especializada. Segundo ele:

“...as principais dificuldades no campo são: a pouca rentabilidade, atividade de muito risco, pouco suporte técnico e as políticas públicas são voltadas ou para os pequenos ou para os grandes, e eu que sou pequeno, mas não me enquadro no PRONAF em função das muitas exigências fico a mercê...” Agricultor entrevistado.

Criada pela Secretaria de Agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário SAF/MDA, a Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o PRONAF. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, com documentos que comprovem o sua inserção em uma das categorias existentes. Existem seis grupos ao qual o agricultor pode se inserir, entretanto se não for possível fazer parte de algum destes, o produtor automaticamente estará fora das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar.

Com base nos critérios exigidos pelo MDA e MDS, alguns produtores rurais, que são pequenos, mas que possuem proventos de atividades não agrícolas mais do que 50% do valor das atividades agrícolas, ficam excluídos desse benefício. No caso de Dickel, que além de ter uma aposentadoria urbana, possui cinco funcionários com carteira assinada, o que o tira do grupo beneficiário da agricultura familiar. E em função disso além de não ter acesso ao PRONA, não pode comercializar seu pescado para a Alimentação Escolar, sob a cota dos 30% destinados a agricultura familiar, necessitando participar de licitação para conquistar esse mercado.

Já para Moraes, os principais obstáculos da vida são as intempéries do tempo e a dificuldade de acesso à comunicação, “a gente gasta preparando a terra, adubando e depois vem uma tempestade, ou uma seca, e perdemos tudo... aqui só pega celular da OI, isso prejudica um pouco, em alguns lugares da propriedade não pega nada, nenhum...”. Por habitar em uma região bastante com bastante morros, mesmo sendo próximo da zona urbana, o sinal para a comunicação é difícil. Além das intempéries do tempo, que às vezes arrasam uma lavoura, onde se foi investido muito, ele relata que perdeu toda uma lavoura de melancia na última safra:

“Ano passado, choveu muito, bem numa semana que a melancia precisava de sol, deu um fungo e ela não amadureceu direito, na feira da melancia deixamos de vender por não ter, e nessa roça, perdemos umas duas toneladas de fruta. Isso deixa a gente bem chateado, pois a feira estava ótima íamos vender tudo, podíamos ter vendido muito mais se tivesse.” Agricultor entrevistado.

Contudo para os entrevistados a agricultura é uma atividade de risco, em função das intempéries do tempo, investe-se muito em insumos, preparação de terra, adubação, e nem

sempre há retorno, em função muitas vezes do tempo, que causa alguma anomalia na planta. Muitas vezes esse prejuízo se configura por falta de detecção das pragas e doenças, o que configura a falta de técnicos qualificados e ágeis, portanto não há qualificação profissional na extensão rural local para detectar problemas mais específicos. A falta de mão de obra, é outro empecilho para a produção, atualmente não existem diaristas ou meeiros nesta região, quando tem, cobram muito caro, o que inviabiliza o lucro com a produção rural. Para muitos deles outro grande problema é a falta de vontade dos jovens em permanecerem na atividade agrícola, a falta de sucessão rural é um problema latente nesta região. Algumas poucas localidades apresentam problema de acesso e comunicação, por serem regiões de morros.

Apesar dos entrevistados alegarem essas situações de impedimentos para uma boa vida no campo, ao mesmo tempo afirmam que não querem mais retornar para a cidade, e que a vida na zona rural é mais simples e tranquila. Os entrevistados relatam diferentes motivos que os levaram à zona rural, entretanto, os mais marcantes são: a busca por uma vida mais tranquila, a aquisição da terra e o fato de já terem tido contato com as atividades agrícolas na infância e adolescência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das atividades relacionadas à elaboração desse estudo, a dificuldade encontrada foi a ausência de material específico sobre esse processo de migração do urbano para o rural, que demonstra o inverso do já referido “êxodo rural”. A fim de responder a pergunta que norteou essa pesquisa - por que as pessoas migram da zona urbana para a zona rural em Parobé? – Se podem tecer algumas considerações.

Com base nos dados apresentados, conclui-se que a migração do meio urbano para o rural, seja ela induzida, incentivada ou espontânea, ocorre sempre por mais de uma motivação. Notadamente os que participam do processo possuem dois ou mais motivos para a mudança. Até porque conforme, vimos anteriormente, para que ocorra o processo migratório deve haver uma tomada de decisão que envolve não apenas a vontade de uma pessoa, mas de todos os membros da família, pois essa decisão impacta nas questões sociais e econômicas da família e, posteriormente, das comunidades.

Dentre as principais razões que levam as pessoas a zona rural de Parobé/RS, destacam-se: a busca por uma vida mais tranquila, melhoria da qualidade de vida; o fato de terem tido contato com a terra na infância e ou adolescência, “saudade do campo”; as crises dos setores urbanos, principalmente no setor coureiro calçadista; a posse da terra, seja ela conquistada, e ou herdada da família.

Entretanto acredita-se que compreender quem são os agricultores locais, como e porque vivem ali é fundamental para que possamos realizar um diagnóstico e posteriormente, auxiliar na proposição de políticas públicas locais.

Para melhor compreender esse fenômeno fazem-se necessárias novas pesquisas, mais abrangentes para que se possa investigar com mais pessoas, a fim de obter um diagnóstico mais aprofundado, com mais embasamento, o que ajudará na proposição dessas novas iniciativas de promoção do desenvolvimento rural, com mais sustentabilidade, crescimento econômico e principalmente social.

6.1. PROPOSIÇÕES

Foi possível observar que apesar do município possuir um movimento de pessoas migrando para o meio rural, isso não significa que haverá sucessão rural, pois os filhos destes

não pretendem permanecer na atividade dos pais. E, para solucionar essa problemática da zona rural não só de Parobé, faz-se necessária uma política de educação voltada para os filhos dos agricultores, realizando assim, uma maior ligação entre a juventude rural e suas comunidades, a implantação das casas familiares rurais, portanto seria a alternativa para atrair os jovens ao campo? Fazendo com que permaneçam na atividade dos pais?

Contudo, diante dos resultados obtidos, pode afirmar que existem duas políticas que necessitam serem realmente intensificadas no Brasil, o PRONAF e o PNAE, para que se possa fixar no campo homens, mulheres e jovens para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, que é o segmento agrário que realmente gera alimentos, e também a permanência de trabalhadores e trabalhadoras na zona rural em todo o Brasil.

"Será que então a Reforma Agrária seria a maneira de solucionar o problema do êxodo rural, e do esvaziamento do campo?" Uma das iniciativas indicadas seria uma reforma agrária eficaz, juntamente com as políticas voltadas a agricultura familiar, para fazer com que as pessoas consigam realmente ter sua terra e produzir alimentos.

Também faz-se necessário conhecer a realidade para que o governo local possa implantar mais programas que promovam o Desenvolvimento Rural, com crescimento econômico, social e ambiental do município.

REFERÊNCIAS

ABRICIO, Edmar Pereira/**Habitação e qualidade de vida: uma comparação entre a situação de moradores da zona rural do município da Bossoroca/RS e dos que migram para centros urbanos**, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BRASIL, Banco do Brasil. **Público do PRONAF**. Disponível em. www.bcb.gov.br/. Acesso em 02 de maio de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Legislação do PNAE**. Disponível em: www.mda.gov.br/. Acesso em 04 de maio de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Legislação do programa de alimentação escolar**. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/programas//alimentacaoescolar. Acesso em 03 de maio de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Legislação do PRONAF**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso em 01 de maio de 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo/**Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**, São Paulo: IPEA/USP, 1999.

CASAGRANDE, Walter A./**Causas da migração rural-urbana na região da Grande Florianópolis**, Florianópolis: Epagri – Cepa, 2006.

IBGE – **Censo demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibege.gov.br>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

IPEA – **Índices econômicos rural e urbano**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2013.

JACQUES, Wilson Cleber Antunes. **Qualidade de vida: algo a mais que um elenco de benefícios**, In: Revista Treinamento & desenvolvimento. Julho, 1996.

MOREIRA, Roberto José e DA RIOS, Cesar Augusto/**O processo de implantação do Programa o Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política (1999-2002)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MOSMANN, Lígia. **Uma fazenda, um sobrado, uma estação... Parobé uma história a ser contada!**, Parobé, 1999.

PORTELA, Fernando. **Êxodo rural e urbanização**. São Paulo: ática, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SIQUEIRA, Luisa Helena Schwantz de./**As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

XAVIER da SILVA, Leonardo/**Estado e Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Roteiro

Nome:

Idade:

Formação:

Naturalidade:

Atividade que desempenhava antes da migração?

Tivera contato com atividades agrícolas na infância e ou adolescência?

Quais os motivos que fizera tomar a decisão de migrar para a zona rural?

Sua renda aumentou ou diminuiu após a mudança?

Pretende continuar com as atividades agrícolas?

Quais os fatores que julga mais relevante para a sua permanência na agricultura?